

O sentido da nação: parâmetros e intencionalidades na escrita da história de Caio Prado Júnior

Sérgio Montalvão

Professor da Pós-Graduação *Latu Sensu* em Relações Internacionais Argus/UCAM.

Resumo: O artigo trata dos estudos históricos de Caio Prado Júnior e sua presença na construção de um discurso acerca da formação da nacionalidade brasileira, caracterizando-a como uma intervenção que procurou encontrar um sentido histórico na transformação da colônia à nação em que a permanência da primeira e a incompletude da última são as suas marcas fundamentais, que ganham maior clareza a partir do estudo dos espaços econômicos e geográficos que constituem o território brasileiro.

Abstract: The article deals with the historical studies of Caio Prado Júnior and its presence in the construction of a discourse concerning the formation of the Brazilian nationality, characterizing it as an intervention that it looked to find a historical direction in the transformation of the colony to the nation where the incompletude and permanence first of the last one are its basic marks, that they gain greater clarity from the study of the economic and geographic spaces that they constitute the brazilian territory.

I – História, política e nacionalidade:

A relação entre a escrita da história e a busca pela construção de uma memória da nação brasileira teve início com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838.¹ Durante o século XIX, esta instituição atuou como guardiã da memória oficial, escrevendo a História do Brasil pelos contornos do Estado Imperial. É nesse contexto que Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu *História Geral do Brasil*, livro considerado fundador dessa concepção de história nacional. Nele, Varnhagen entendeu que

¹ Sobre o IHGB e a história nacional ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. **Estudos Históricos**, nº 1, jan/jul, pp. 5-27, 1988.

a formação da nacionalidade brasileira estava inteiramente ligada ao passado da colonização portuguesa, considerado o fiador da nossa unidade territorial, lingüística e cultural.

Publicada em 1854, *História Geral do Brasil* tornou-se um marco na recepção dos métodos de crítica e veracidade quanto à utilização de documentos escritos. Portanto, pode ser vista como um exemplo de história erudita, na medida em que procurou reconstituir o passado no limite da exatidão, evitando emitir juízos de valor, segundo o ideal que atribuía ao historiador a tarefa de mostrar como a história realmente se passou. Por detrás dessa pretensa objetividade, Varnhagen escreveu uma obra disposta a orientar os quadros da elite dirigente quanto a uma correta apreciação do nosso passado histórico, relacionando-o com as perspectivas abertas após a independência política de 1822. Em sua narrativa, o sete de setembro não representou uma completa separação entre Brasil e Portugal, uma vez que houve a permanência de um representante da Casa dos Bragança como governante da nação. Além do mais, frisou o historiador, mesmo deixando de fazer parte do Reino Unido de Portugal e Algarves, o novo país manteve a sua tradição monárquica e católica.

Como muitos de seus contemporâneos, mesmo acreditando na possibilidade de escrever uma história objetiva, a partir da isenção e do compromisso com a originalidade das fontes utilizadas, Varnhagen esteve comprometido com o ideal da história *magistra vitae*, orientadora da ação política. Nessa perspectiva, acreditava que cabia ao Estado Imperial e seus representantes forjarem o sentimento e o sentido de nacionalidade.

Um segundo projeto relevante de escrita da história nacional surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX, das mãos de Capistrano de Abreu. Cioso em relação à pesquisa documental, o historiador cearense completou-a com uma visão sintética do processo histórico. A sua maior originalidade esteve na superação dos limites de uma história político-administrativa, dos grandes feitos e dos grandes homens, como até então se fazia. Enveredou seus estudos no sentido de uma abordagem interdisciplinar, ampliando a sua concepção de história com o conhecimento das ciências sociais, especialmente a antropologia produzida em sua época.

No necrológio que escreveu sobre Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1878, Capistrano de Abreu considerou a "falta de um espírito plástico e simpático" como o seu maior defeito. Reputou-o, entretanto, o título de verdadeiro iniciador dos estudos históricos

brasileiros. Neste sentido, considerou-o autor de uma obra diferente de tudo o que se havia escrito até então em termos de História do Brasil, desde de Pero de Magalhães Gandavo (*História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* - 1576) e Gabriel Soares (*Tratado Descritivo do Brasil* - 1587) até Sebastião da Rocha Pita (*História da América Portuguesa* - 1730) e Robert Southey (*History of Brazil* - 1819), devido à solidez da sua pesquisa e da base empírica utilizada.²

Um dos grandes conhecedores da obra de Varnhagen, que anotou e organizou durante anos, Capistrano de Abreu avançou em relação a este último, incorporando ao seu trabalho novos objetos, problemas e abordagens. Em simetria com os percursos realizados nos grandes centros de pesquisa histórica e social, ele participou da procura de uma "história coletiva", recorrendo a conceitos extraídos de disciplinas como geografia, antropologia, sociologia e psicologia. Na crítica às limitações de Varnhagen, localizadas nas partes finais do *Necrológio de 1878*, Capistrano de Abreu defendeu a utilização do "corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia", argumentando que a ausência desse "fecho luminoso" impedia Varnhagen de "ver o modo porque se elabora a vida social".³ E mais adiante, completou:

"Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhe a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer aos seus sucessores no terreno dos fatos. Compreender porém tais fatos em sua origem, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam, generalizar as ações e formular-lhes teoria; rerepresentar-lhes como consequência das três leis basilares, não conseguiu nem conseguiu-lo-ia".⁴

O livro mais significativo de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial* (1907), iniciou uma longa e expressiva trajetória da historiografia em torno do "redescobrimento do Brasil".⁵ O texto principia com um capítulo dedicado aos antecedentes indígenas, em que o autor faz uma descrição do meio físico e geográfico, descrevendo também a fauna e a flora. Segue depois pela chegada dos descobridores, a implementação

² IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil** (capítulos de historiografia brasileira). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

³ ABREU, José Capistrano. *Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. In: **Ensaio e Estudos: crítica e história**. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1975 p. 90.

⁴ Idem, p. 91.

⁵ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil (de Varnhagen a FHC)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

das capitanias hereditárias e as invasões estrangeiras. Se o esquema de abordagem ainda é praticamente o mesmo trazido pelo IHGB, a intenção é diversa. José Honório Rodrigues escreveu que o livro de Capistrano inventou uma "história sertaneja", dedicada a explorar a parte menos conhecida do país, o seu vasto interior.⁶ Na mesma direção, José Carlos Reis tratou-o como protagonista de um momento fundamental da historiografia brasileira, assinalando a sua importância na introdução de uma dimensão popular à história da nação, pois "não faz um elogio da conquista e colonização portuguesa, mas da conquista e colonização do Brasil pelo brasileiro mestiço".⁷

Iniciada na década de 1930, a obra histórica de Caio Prado Júnior insere-se no sopro de inovação e radicalismo instaurado na cultura brasileira após a revolução que derrubou a República Oligárquica.⁸ Por outro lado, retoma e atualiza a temática da formação da nacionalidade brasileira, apostando em um projeto de reescrita da história nacional. Movendo-se em sentido inverso ao de seus antecessores do IHGB, aprofundou e deu continuidade às trilhas abertas por Capistrano de Abreu, sem deixar de contestá-lo em vários aspectos. Utilizou ampla e profundamente o método marxista, como fez questão de frisar desde o seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil*, que teve como subtítulo original: ensaio de interpretação materialista. Mas em relação aos ilustres companheiros de geração, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, foi quem mais soube aproveitar a tradição dos estudos históricos brasileiros. Como escreveu Afonso Arinos de Melo Franco, em uma resenha de *Formação do Brasil Contemporâneo*:

"Percorrendo-se a bibliografia de que Caio Prado Júnior se serviu e de cujos dados extrai tantos pontos de vista originais e tantas iniciativas felizes, verifica-se de início essa coisa interessante: dos 207 títulos ali compendiados, quase a metade, ou seja, precisamente 96, são obras publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro".⁹

⁶ RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 27.

⁷ REIS, José Carlos. Op. Cit., p. 113.

⁸ CÂNDIDO, Antônio. A revolução de 30 e a cultura. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, abril 1984. Este autor considerou a obra de Caio Prado Júnior, especialmente **Formação do Brasil Contemporâneo**, "uma espécie de culminação desse movimento cultural".

⁹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Formação brasileira. **Diário de Notícias** (03/01/43).

Para Afonso Arinos, pouco dedicado à pesquisa em fontes inéditas, Caio Prado Júnior "não se propôs com a sua obra, a esclarecer fatos, mas sim a interpretá-los e coordená-los em um sentido orgânico".¹⁰ Sendo assim, este crítico considerou:

"(...) muito compreensível que não tenha tido necessidade de recorrer aos arquivos, mantendo-se apenas nas bibliotecas. Das coleções brasileiras, como a citada Revista do Instituto e mais os Anais da Biblioteca Nacional tirou os principais elementos de que se valeu. Também serviu-se dos documentos interessantes publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo, dos relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o país na segunda metade do século passado, e de algumas obras clássicas da nossa historiografia. Nada de inédito pois, nem de dificilmente acessível contribui para a constituição do seu acervo documental."¹¹

A principal inovação de Caio Prado Júnior à historiografia brasileira prendeu-se, portanto, ao método de interpretação. Em outra resenha de *Formação do Brasil Contemporâneo*, Rubem Braga destacou a importância do método empregado pelo historiador, que "permite destacar o que é importante, o que é básico, em nossa formação histórica, em meio a um amontoado de fatos".¹² Confessando-se aliviado após a leitura desse livro, comparou-a com a de outros títulos anteriormente publicados sobre o período colonial, descrevendo-a com a sensação de "alguém que assiste um longo filme em chinês, sem legendas, e depois acha o programa, em resumo, o sentido da obra".¹³

No terreno da pesquisa documental, Caio Prado Júnior manteve-se no mesmo patamar dos seus antecessores, não sendo um inovador como Gilberto Freyre, hoje considerado um desbravador da história da vida privada e da cultura material, um pioneiro no uso de entrevistas e na recuperação de relatos e registros orais. O que não quer dizer, em absoluto, que o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* não tivesse marcado uma ruptura em relação à historiografia precedente. Essa consciência aparece luzente na sua correspondência com Nelson Werneck Sodré:

"Infelizmente quem estuda as coisas brasileiras é quase sempre obrigado a um trabalho de primeira mão, pequeno é o auxílio que trazem os historiadores do passado, em que a simples crônica cede lugar a tiradas literárias. As coisas hoje

¹⁰ *Idem*

¹¹ *Idem*

¹² BRAGA, Rubem. *Formação do Brasil Contemporâneo*. **Anuário Brasileiro de Literatura** (1942-1943). Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

¹³ *Idem*

começam a melhorar, mas estamos longe de contar com uma base sólida e útil de trabalhos já realizados. Esta tarefa cabe a nossa geração. Não tenho a pretensões a fazer nada de definitivo, o que julgo aliás impossível por prematuro. Mas tenho dado todo meu esforço para debastar o terreno, esperando que possa ser útil aos pesquisadores das coisas brasileiras. Enfileiro-me assim nesta "equipe" de trabalhadores da nossa história que está lançando seus verdadeiros fundamentos. É pelo menos esta minha pretensão e se conseguir alguma coisa neste sentido de fazer da história brasileira outra coisa que uma simples crônica literária, entremeada de louvores a esta ou aquela figura mais saliente (que é o tom com que se conduziram até hoje, com raras exceções os estudos históricos entre nós) terei dado cabal desempenho ao fim que me propus".¹⁴

Curiosamente, conhecendo a obra de Caio Prado Júnior, encontramos muito daquilo que Capistrano de Abreu exigia de Francisco Varnhagen no *Necrológio de 1878*: a posse de um instrumental teórico-metodológico capaz de extrair determinados elementos que iluminassem o conjunto da história nacional, dotando-a de um sentido explicativo. A partir desses parâmetros, ele procurou entender os entraves colocados pela nossa condição colonial – a escravidão, o latifúndio e a preponderância da economia de exportação – para a consecução de uma nação soberana e capaz de superar as suas hierarquias e desigualdades internas, e a constante exclusão do povo (e das "forças populares") nas decisões políticas, inviabilizando o surgimento de uma sociedade democrática.

Neste esquadrinhamento, apresentado na abertura de *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, reside uma questão fundamental na proposta que animou o projeto intelectual e político de Caio Prado Júnior: como construir, de fato, uma nação tendo por base um passado colonial? Para o historiador, esse dilema ainda não havia sido superado no momento em que o público recebia o seu livro, como percebemos no seguinte trecho:

“O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta a vista é um organismo em franca transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não “tomou forma.”.¹⁵

¹⁴ Carta de Caio Prado Júnior a Nelson Werneck Sodré. São Paulo, 07/12/42. Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos.

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 11.

Nota-se, então, que o acesso brasileiro à modernidade - que segundo Caio Prado Júnior, passava inevitavelmente pela constituição de uma nação soberana e integrada -, encontrava-se obstruído, devido à persistência do passado colonial, ainda capaz de dirigir o sentido da história. Nesse contexto, as mudanças acumuladas desde a criação do Estado Nacional, formavam uma situação incompleta, indefinida, disforme; uma vez que o “sentido da colonização” não havia sido superado, mantendo-se persistentemente colado ao presente, impedindo-o de tomar uma forma própria.

A ansiedade de Caio Prado Júnior em relação à inexistência de uma nação brasileira o inclui em uma linhagem de pensadores e ensaístas que, como Capistrano de Abreu, a entenderam como algo fugidio e inacabado. Em um artigo sobre o ensaio de fundo histórico e sociológico no biênio 1942-1943, Nelson Werneck Sodré considerou *Formação do Brasil Contemporâneo* um continuador do "filão" aberto anteriormente por Euclides da Cunha:

"Quase quarenta anos depois do lançamento de *Os Sertões*, o país assistiu em 1942, ao aparecimento de uma outra obra, em que não há certamente indícios da influência euclidiana, mas onde um pesquisador atento encontrará a exploração do mesmo filão, levada a efeito com outra soma de recursos, com outro instrumento de análise, este já polido por toda a sorte de elementos que a pesquisa histórica pode oferecer".¹⁶

Uma outra aproximação a ser feita é a inclusão de Caio Prado Júnior na linhagem identificada por Lúcia Lippi Oliveira como o "nacionalismo militante" da Primeira República.¹⁷ Entre os seus expoentes estiveram Alberto Torres, Manoel Bonfim e Monteiro Lobato, escritores que a partir do influxo da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) defenderam a necessidade de se reformar o país no sentido da soberania econômica nacional e da inclusão à cidadania das grandes massas contidas no interior, defendendo que a superação do atraso brasileiro estaria no investimento em saúde e educação, como também na conquista da independência econômica frente às potências imperialistas.¹⁸ Por

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. O ensaio no biênio 1942-1943. *Anuário Brasileiro de Literatura* (1943-1944). Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde, 1944.

¹⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 146-158.

¹⁸ Devemos guardar as devidas proporções quando tratamos de aproximar Caio Prado Júnior, Alberto Torres e Manoel Bonfim, chamando atenção para o fato de estarmos conduzindo nossa argumentação de modo restrito,

outro lado, não se pode esquecer que a ansiedade quanto à inexistência de uma nação brasileira também insere Caio Prado Júnior na tradição mais ampla da esquerda latino-americana, que associa o povo à nação, com fortes tonalidades revolucionárias, uma vez que a longa dominação política de determinados setores da elite econômica e social produziu aqui sociedades perenemente oligarquizadas.

É neste sentido que se pode afirmar que, mesmo saindo de dentro da “oficina da história”, os estudos de Caio Prado Júnior estiveram impregnados de um forte sentido político, assentado no fundamento hegeliano da história como expressão secular da razão¹⁹. Essa afirmação nos abre a possibilidade de pensar o vínculo estabelecido por Caio Prado Júnior entre a escrita da história e a construção intelectual e política da nação. Na definição de historiografia apresentada no capítulo inicial de *História e Desenvolvimento* (1968), essa imbricação entre teoria e prática aparece de forma nítida e consciente:

“De um modo geral, a historiografia constitui dado essencial para a elaboração do conhecimento relativo ao homem, na acepção exata e precisa que o conhecimento deve ter. A saber: a sistematização da experiência coletiva do homem e a elaboração teórica dela com vistas à orientação e condução da ação humana”.²⁰

Esse sentido pedagógico e pragmático da história remonta à Antiguidade Clássica, sendo atualizado no Renascimento, momento em que se fundou o pensamento político moderno. Um dos grandes propagadores dessa concepção historiográfica, Nicolau Maquiavel, acreditava que “os acontecimentos históricos são recorrentes porque os homens são os mesmos, sua psicologia é constante, sua natureza inalterável”.²¹ Hegel, entretanto, recolocou a questão da possibilidade de se retirar lições da história, pensando-a como um ente racional, que se move no sentido do progresso. Surge daí uma tradição que irá

limitando-nos ao item nação. Pois é sabido que, diferentemente de Caio Prado Júnior, a proposta de Alberto Torres ainda se mantinha presa à idéia da vocação agrária da economia brasileira; enquanto Manoel Bonfim acreditava que a reforma e ampliação do sistema educacional seria a melhor maneira de se conquistar uma sociedade coesa e organizada nacionalmente. Não podemos deixar de considerar, entretanto, que: 1) ambos possuíam um conceito de nação em oposição à opressão perpetrada pela economia imperialista internacional e 2) eram desiludidos com o falso liberalismo da República Brasileira. Excelente resumo do nacionalismo intelectual brasileiro encontra-se em SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Contracapa/Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 128-155.

¹⁹ HEGEL, G.W.F. *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

²⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento* (A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro). São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 18.

desaguar no marxismo, incorporando uma concepção teleológica da história a um projeto político de libertação da humanidade. Nesse contexto, pode-se dizer que o materialismo de Marx e Engels, mesmo invertendo o sentido idealista da dialética hegeliana, absorveu o conceito de história enquanto racionalidade. Em *A Ideologia Alemã* essa questão aparece com todas as letras. O processo histórico ganha corpo fora do mundo das idéias, uma vez que decorria da produção dos meios materiais que garantem a esfera primária da existência humana. Mesmo assim, a concepção marxista da história não deixou de ser pensada como um processo inteligível que permite o entendimento do presente pelo passado.

A diferença entre a possibilidade de aprender com os exemplos da história, como acreditava Maquiavel, e a possibilidade de aprender a história, toda a história, como queriam Hegel e Marx, é o que afasta estas duas concepções do sentido da história. Nos séculos do renascimento a idéia da história como processo ainda não existia, cabendo ao imponderável, à fortuna, um poder considerável. Para vencer os infortúnios, cabia aos governantes cultivarem a sua capacidade em retirar analogias com o passado, a fim de melhor enfrentar as situações que se afiguravam à sua frente. Pode-se dizer então que a virtude individual era maximizada para enfrentar a fortuna, ao passo que na tradição hegel-marxista, houve uma minimização da fortuna individual em nome do poder conferido à razão histórica.

Intérprete marxista da realidade brasileira, Caio Prado Júnior também acreditou na possibilidade de orientar a ação política a partir do conhecimento histórico, dando-lhe um sentido unitário e abrangente. Deste modo, ao construir uma explicação do passado colonial tratou, como afirmara Nelson Werneck Sodré, de problemas "que são quase eternos, são permanentes, no desenvolvimento histórico brasileiro".²² Assim, os estudos históricos tornavam-se uma oportunidade de conhecer as condições reais da efetivação da nação, seus limites e possibilidades.

II – A formação nacional: entre espaços econômicos e geográficos.

Ao longo da História Contemporânea a importância das nações e do nacionalismo

²¹ JASMIM, Marcelo Gantus. **Racionalidade e história na teoria política**. Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 26.

²² SODRÉ, Nelson Werneck. Formação do Brasil Contemporâneo. **O Estado de São Paulo**, 31/12/1942.

tornou-se inegável. Ainda mais se pensarmos que o surgimento de novos países politicamente independentes no continente americano e a descolonização afro-asiática acarretaram uma “universalização do fenômeno nacional”.²³ Essa observação de Pierre Fougeyrollas confirma a hipótese de Eric Hobsbawm, que ressalta a proximidade entre nação e modernidade.²⁴ Por outro lado, como assinalou o historiador inglês, além de necessitarem de um vínculo a um passado razoavelmente durável, e de uma elite cultural que possuísse e disseminasse um vernáculo administrativo e literário escrito, as nações também precisaram erguer-se sobre uma unidade viável de desenvolvimento econômico.

Diluída entre os críticos liberais do sistema mercantilista, essa discussão tornou-se prioritária entre os defensores do protecionismo econômico, como Alexander Hamilton e Friederich List. Os primeiros acreditavam no inevitável desaparecimento do Estado territorial, como resultado da crescente capacidade das relações de mercado em superarem e tornarem homogêneas as antigas diferenças nacionais. Os últimos, no entanto, entenderam o estímulo à industrialização como necessário para assegurar a base concreta e essencial de um sistema mundial de nações. Estes, especialmente List, pensaram que somente reagindo ao sistema de livre-comércio, os países de economias menos avançadas teriam condições de viabilizar o seu desenvolvimento nacional. Afinal, para o economista alemão, somente após ter alcançado a prosperidade protegendo as suas próprias indústrias, a Inglaterra passou a defender para o resto do mundo as vantagens da economia liberal. Em sua opinião, esta perspectiva tornava-se ainda menos evidente para os países que haviam ficado para trás na corrida industrial. Em relação aos "países de clima tropical", José Luiz Fiori demonstrou que List tinha uma leitura seriamente pessimista, tendo observado que estes ao permanecerem “prisioneiros de suas especializações e do livre-cambismo inglês”, não teriam “condições de poder ambicionar nenhuma forma de convergência tecnológica com os Estados industrializados europeus”.²⁵

Não tendo seguido uma leitura ortodoxa do marxismo, Caio Prado Júnior entra nessa discussão acerca da necessidade de viabilizar uma economia nacional no espaço brasileiro rechaçando a visão da história como sucessão universal dos modos de produção, ainda comum à época em que se reproduziam na América Latina as teses da III

²³ FOUGEYROLLAS, Pierre. **La nation**: Essor et déclin de sociétés modernes. Paris: Fayard, 1987.

²⁴ HOBBSBAM, Eric. **Nações e nacionalismo**: Programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

²⁵ FIORI, José Luiz. A riqueza de algumas nações. In: **Praga** (estudos marxistas), nº 8, agosto, 1999, p. 22.

Internacional. Desde *Evolução Política do Brasil*, em 1933, considerou que a palavra feudalismo somente poderia ser utilizada como uma “figura de retórica” em relação ao Brasil colonial, uma vez que este sistema econômico e social não correspondia ao caráter geral da colonização brasileira, assentada na primazia do comércio e do lucro capitalista. Pessimista na sua interpretação das relações entre a economia brasileira e o sistema capitalista internacional, tanto na fase de predomínio do capital mercantil (séculos XVI até XVIII) como na fase de predomínio do capital industrial (séculos XIX e XX), o historiador paulista aproxima-se dos “liberais protecionistas”, sobretudo quando defende um “capitalismo nacional” voltado para o fortalecimento da produção dedicada prioritariamente ao mercado interno.

Na verdade, em seus escritos originais, Marx não se estendeu sobre os países coloniais, limitando o assunto a artigos jornalísticos, em que escreveu sobre a região asiática. Em relação à América Latina as referências marxistas tornam-se ainda mais escassas, sendo o continente quase sempre equiparado aos países orientais. No VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, considerado um momento de descoberta do continente latino-americano pelo marxismo, manteve-se essa incompreensão latente. Nesse momento, as análises teóricas que sustentaram as estratégias de ação política no continente seguiram a tese de V. I. Lênin, anteriormente defendida no II Congresso da IC, tomando o caso do desenvolvimento do capitalismo na Rússia como exemplo, generalizando-o.

Diante desse quadro deficitário, Caio Prado Júnior afastou-se da chamada "teoria da revolução democrático-burguesa", que descrevia as formações sociais latino-americanas como de origem feudal, e criou uma interpretação original sobre a História do Brasil, colocando em pauta a discussão sobre o atraso e a dependência econômica em regiões periféricas do capitalismo. Na rejeição da "tese feudal" depreende-se uma busca da especificidade das regiões coloniais, que na sua ótica teriam como marca primordial a integração submissa às economias metropolitanas, reproduzindo assim a lógica da exploração capitalista.

No âmbito da historiografia brasileira, Fernando Antônio Novais notabilizando-se ao ampliar e sistematizar a tese central de *Formação do Brasil Contemporâneo* com o intuito de apreender a estrutura e a dinâmica de funcionamento do sistema de exploração

inerente à colonização portuguesa²⁶. Na sua interpretação, este sistema estaria assentado na regra da transferência maciça de excedentes produtivos para a metrópole, via exclusivismo comercial. Identificando a montagem do "Antigo Sistema Colonial" à uma época de decadência e dependência da economia portuguesa em relação ao nascente capitalismo industrial inglês, à maneira de seu mestre, Novais descreveu o tráfico negreiro e a economia de *plantation* como alicerces desse sistema. Deste modo, repetindo os argumentos de Caio Prado Júnior, considerou a especialização econômica colonial como a principal responsável pela impossibilidade de expansão de um mercado interno, que estaria invariavelmente subordinado aos interesses e condições de funcionamento do sistema de exploração do capitalismo mercantilista.

Os críticos desta interpretação, que insiste na integração da colônia a um mercado capitalista internacional, estabelecido desde o século XVI, contrapondo-se à idéia do feudalismo como regime de "economia fechada", acusaram-no de utilizar uma definição imprecisa acerca do termo "capitalismo", desconsiderando-o enquanto um "modo de produção". Na historiografia brasileira, Ciro Cardoso se impôs como o principal representante dessa corrente ao apresentar a proposta da existência de um "modo de produção colonial". Delineou-se assim uma matriz analítica alternativa ao exposto na abertura de *Formação do Brasil Contemporâneo*, que insistia na "necessidade de uma maior profundidade na caracterização das formas de produção existentes na colônia".²⁷ Na visão de Ciro Cardoso, esta seria a maneira mais adequada de superar as abordagens até então predominantes, que viam a estruturação econômica e social do Novo Mundo, apenas como "uma projeção ou resultado da expansão mercantil da Europa dos tempos modernos".²⁸ Em contraproposta ele defendeu que, embora as sociedades coloniais "só revelem o seu pleno sentido se forem consideradas como integrantes de um sistema mais vasto, na medida em que surgiram como anexos complementares da economia européia", seria impossível conhecê-las totalmente sem avaliar as suas estruturas internas "em si

²⁶ NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, 4ª edição. São Paulo, Hucitec, 1986.

²⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do "sistema econômico mundial" e do "Antigo Sistema Colonial": a preocupação obsessiva com a "extração do excedente". In. José Roberto Amaral Lapa. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 109-132.

²⁸ *Idem*, p. 110.

mesmas".²⁹

Aprofundando as teses de Ciro Cardoso, Jacob Gorender procurou detalhar o plano geral de análise trazido pelo conceito de "modo de produção escravista-colonial", considerando a possibilidade de encontrar as suas "leis específicas". Com base nessas premissas desferiu uma crítica contundente à idéia do "sentido da colonização" enquanto expropriação pura e simples da riqueza colonial, defendendo a hipótese da existência de um processo de acumulação próprio à formação escravista-colonial.³⁰ Desta feita, considerou a plena existência de um mercado colonial, anotando, porém, que este possuía limitações advindas da altíssima especialização da economia escravista, além de estar subordinado às flutuações externas de preços e sofrer da inelasticidade resultante da presença de um "número ínfimo de esferas de aplicação" para o investimento produtivo.³¹

Os questionamentos de Ciro Cardoso e Jacob Gorender deram origem a um recenseamento crítico das hipóteses de Caio Prado Júnior, revistas em pesquisas monográficas que visavam derrubar a imagem da colônia como mera produtora de alguns produtos voltados para um mercado externo. A tese de João Luís Fragoso representou o corolário dessa linha interpretativa, pensando a economia colonial para além da *plantation* escravista e descrevendo-a como um "mosaico de formas não-capitalistas de produção".³² Fragoso aprofundou de modo empírico a hipótese de um mercado interno capaz de proporcionar uma acumulação "endógena" de capitais, que seria apropriada por uma elite mercantil colonial.

O que se procura explorar nesta leitura de Caio Prado Júnior, no entanto, vai além de seu legado acadêmico em termos de historiografia econômica. O interesse deste artigo recai sobre as possíveis implicações políticas desse discurso que procura indicar o lugar de onde provém a nossa "maldição colonial", descobrindo-o na contínua transferência de excedentes para a metrópole lusitana. Esse permanente vínculo externo e dependente da colônia com o capitalismo comercial, sempre impedindo a superação do nosso arcaísmo de meros produtores de alguns gêneros tropicais, emerge no pensamento de Caio Prado Júnior como a contraparte da idéia de nação e desenvolvimento nacional.

²⁹ *Idem*, p. 110.

³⁰ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Ática, 1985, p. 569.

³¹ *Idem*, p. 570.

³² FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

Partindo de Pierre Bourdieu, não podemos negar que a escrita da história, como parte de um conjunto de narrativas sobre o mundo social, é um dos espaços onde inegavelmente se exercita a "capacidade de prescrever sob a aparência de descrever, ou então de denunciar sob a aparência de anunciar".³³ Digo isso porque, o trabalho do historiador paulista orientou-se pela possibilidade de descobrir a síntese da contraditória situação vivida pelo país em pleno século XX, ainda incapaz de alterar completamente o seu estatuto colonial.

A concepção de história encontrada em *Formação do Brasil Contemporâneo* procura afastar-se dos acontecimentos menos relevantes que turvam a compreensão daquilo que se sucede como uma "linha mestra e ininterrupta" e que segue uma "ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação".³⁴ Para Caio Prado Júnior, o objetivo último do historiador encontrava-se na descoberta da lógica que direciona o movimento histórico no seu conjunto, num processo de dilatada duração que pode ser descrito através da intervenção de um método capaz de dissipar-se dos particularismos para se concentrar apenas no que se considera o principal no andamento do tempo.

A discussão acerca das estruturas e regularidades profundas da história, que a tornaram prisioneira de um tempo lento, evidenciado nas marcas ainda vivas da escravidão, do latifúndio e da preponderância de uma economia agrária voltada para o mercado externo, demonstram a atualidade dos livros de Caio Prado Júnior em relação ao conhecimento histórico do século XX. Ainda mais se pensarmos que nas décadas de 1930 e 1940, quando esta obra veio a ser editada, a história econômica e social, em expansão nos principais centros da historiografia mundial, ainda não havia se tornado um paradigma de investigação, o que se tornaria evidente apenas uma década depois.

Sob esse prisma, torna-se interessante notar que Caio Prado Júnior iniciou a sua interpretação da História do Brasil, duas décadas antes da entrada do marxismo no circuito acadêmico internacional".³⁵ O que levou à seguinte observação de Maria Odila L.S. Dias:

³³ BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever: as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. In. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 118.

³⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. p. 19.

³⁵ BURKE Peter. **História e sociologia**. Porto: Afrontamento, 1980, p. 23. Este historiador escreveu que "O marxismo não parece ter tido um grande impacto no que se escreveu no campo da história no Ocidente até os anos 50".

"No plano mais amplo da historiografia marxista, a sua [contribuição] foi em vários sentidos uma obra pioneira pelo grau de elaboração do processo dialético, cuidadosamente trabalhado na perspectiva histórica de análise das conjunturas regionais do Brasil. Por isso atingiu em 1942, justamente por conciliar a interpretação marxista com a diversidade regional, um nível de concretude e sofisticação do método, que somente vinte anos depois começou a encontrar similares nas obras de Pierre Vilar, Albert Soboul, Eric Hobsbawm e outros".³⁶

Resultado de um esforço de pesquisa individual, o livro de estréia de Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*, foi escrito como uma síntese histórica ressaltando a dominação política da classe senhorial. Estendendo-se da Colônia ao Império, teve a finalidade de:

"(...) mostrar num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial".³⁷

Deste modo, o livro afastou-se da história dos grandes vultos nacionais, como praticada no IHGB, incluindo em seu texto os personagens e os movimentos sociais vindos "de baixo", como as revoluções populares da Época da Menoridade (1831-1840). Neste momento, o conceito de classe social tornou-se fundamental na interpretação da História do Brasil, servindo a uma experiência pioneira de história social, que se baseava, entretanto, num marxismo *tout court*, ainda ressentido de certo esquematismo, observável na caracterização da sociedade colonial brasileira como "reflexo fiel de sua base material".³⁸

Escrito nove anos depois, *Formação do Brasil Contemporâneo* manteve o arcabouço teórico do materialismo dialético, mas integrou ao seu método descritivo uma abordagem geográfica, alcançando um alto grau de fidelidade técnica nas descrições das paisagens físicas e naturais. O *approach* geográfico tornava-se parte integrante e fundamental de um livro que pretendia reconstruir os espaços econômicos da colonização portuguesa, rastreando em seguida os espaços possíveis ao desenvolvimento econômico nacional. Sobre a relação de Caio Prado Júnior com a geografia, podemos considerar a seguinte observação:

³⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Os impasses do inorgânico. In: Maria Angela D'Incao (Org.). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989, p. 379.

³⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**, 19ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 8

³⁸ *Idem*, p. 23.

"Caio Prado era quase geógrafo por formação. Falava de geografia e até de geologia com fluidez muito grande. Foi aluno irregular da Universidade de São Paulo, na época da primeira leva de professores franceses. Conviveu com a elite cultural da época, frequentava a Universidade de São Paulo e os salões de São Paulo. Caio Prado foi amigo de Levi-Strauss, foi aluno de Deffontaines, o pai da geografia humana moderna, e de Pierre Monbeig. Tinha noções muito sólidas de mineralogia e poderia ter sido geógrafo - era muito preciso na descrição das condicionantes físicas do país. Isso se não aparece na *Evolução Política do Brasil*, aparece de uma maneira admirável na *Formação do Brasil Contemporâneo* e depois, na retomada dos mesmos temas, na *História Econômica*".³⁹

Antes da publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo*, o interesse e a cultura geográfica de Caio Prado Júnior transpareceram nos artigos publicados na *Revista Geografia*, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Na revista da instituição surgida a partir do interesse causado pela abertura da cadeira de Geografia Humana na Universidade de São Paulo, cujo responsável era Pierre Deffontaines, Caio Prado Júnior escreveu vários artigos como: "Distribuição da propriedade fundiária no Estado de São Paulo", "Contribuição para o estudo das influências étnicas no Estado do Paraná" e "O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo".

A partir da sua experiência como observador da paisagem brasileira, Caio Prado Júnior escreveu uma história da nação que sublinhou as variedades regionais, integrando-as numa totalidade. Neste livro, escreveu Antônio Cândido, o "conhecimento do meio físico, das populações, da sua distribuição no espaço, das suas formas de produção" serviu como "suporte para a análise das instituições".⁴⁰ No primeiro capítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo*, ele partiu de uma questão demográfica e quantitativa, tratando da precariedade das fontes históricas existentes para se estabelecer, com exatidão, o número e as características da população colonial. Em seguida, passou a fazer uma descrição pormenorizada do litoral brasileiro, com o intuito de mostrar a maneira irregular em que se estabeleceram os núcleos de povoamento da época colonial. Comparando-os com a realidade presente, concluiu:

³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, nov. 1993. p. 31.

⁴⁰ CÂNDIDO Antônio. A força do concreto. In: D'INCAO, Maria Angela. *Op. cit.*, p. 25.

"O seu aspecto geral, guardadas naturalmente as devidas proporções quantitativas, é mais ou menos o mesmo de hoje. Há uma flagrante semelhança entre a distribuição do povoamento naquele princípio do século XIX e a de nossos dias. Salvo o adensamento posterior, a estrutura geral do povoamento continua mais ou menos a mesma; excetua-se apenas a remodelação que sofreu o Sul e o Centro-Sul do país, bem como a região do Amazonas, que hoje forma o território do Acre, e que não fazia ainda parte do Brasil, nem se achava ocupada. Afora isto, pouco é a diferença." ⁴¹

A exemplo dessa passagem, na leitura de *Formação do Brasil Contemporâneo*, a marca da história brasileira é a continuidade. Dos aspectos geográficos aos econômicos, da distribuição demográfica à produção agrícola destinada ao mercado estrangeiro, pouco teria mudado. As estruturas coloniais continuavam intactas, podendo ser observadas *in loco*, fora dos livros, como cenas vivas de um passado eternizado no presente.⁴² Para além da perpetuação política de uma classe que não se retira do poder, como tratado em *Evolução Política do Brasil*, no seu segundo livro, Caio Prado Júnior incluiu os espaços e as atividades econômicas que compuseram a colonização portuguesa, mostrando como o ritmo lento das transformações permitiu que ficassem enraizadas na atualidade.

É a história da nação escrita a partir de outras temporalidades, que pretendem reter o essencial para explicar o seu sentido constante e duradouro, com uma clara intenção de expor didaticamente a situação de dependência em relação a um sistema econômico mais amplo que o seu espaço territorial, cuja manutenção perpetua e renova a condição colonial no tempo presente.

⁴¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. *Op. cit.*, p. 36.

⁴² "Pessoalmente, só compreendi perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que lá estive e examinei de visú os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos exatamente os mesmos. Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão na história de um século e mais para trás". PRADO JÚNIOR, Caio. *Idem*, p. 12.

Referências Bibliográficas:

- AREU, José Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: **Ensaio e Estudos: crítica e história**. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever: as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. In: **A economia das trocas linguísticas**. Tradução de Sérgio Micelli. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 85-96.
- BRAGA, Rubem. Formação do Brasil Contemporâneo. **Anuário Brasileiro de Literatura (1942-1943)**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, p. 112-114, 1944
- BURKE, Peter. **História e sociologia**. Tradução de Fátima Martins. Porto: Afrontamento, 1980.
- CÂNDIDO, Antônio. A revolução de 30 e a cultura. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, abril 1984.
- _____. A força do concreto. In: Maria Angela D'Incao (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989, pp. 23-26.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do "sistema econômico mundial" e do "Antigo Sistema Colonial": a preocupação obsessiva com a "extração do excedente". In: LAPA, José Roberto Amaral (Org.) **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 109-132.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, nov. 1993.
- Carta de Caio Prado Júnior a Nelson Werneck Sodré. São Paulo, 07/12/42. Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Os impasses do inorgânico. In: Maria Angela D'Incao (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989, pp. 377-405.
- FIORI, José Luiz. A riqueza de algumas nações. **Praga** (estudos marxistas). São Paulo n° 8, agosto, p. 15-40, 1999.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. **La nation: Eros et déclin de sociétés modernes**. Paris: Fayard, 1987.
- FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Formação brasileira. **Diário de Notícias** (03/01/43).
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 4ª edição. Rio de Janeiro, Ática, 1985.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n° 1, jan/jul, p. 5-27, 1988.
- HEGEL, G.W.F. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**, 3ª edição. Tradução de Jose Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo: Programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Célia Paoli. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil** (capítulos de historiografia brasileira). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

JASMIM, Marcelo Gantus. **Racionalidade e história na teoria política**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**, 19ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**, 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **História e desenvolvimento (A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro)**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil** (de Varnhagen a FHC). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, pp. 11-41.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Contracapa/Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação do Brasil Contemporâneo. **O Estado de São Paulo**, 31/12/1942.